



Sant'Anna e Cardoso Alves: acordos com a esquerda têm prazos vencidos

Empresariado se junta para cortar no 2º turno

ROBERTO CUSTÓDIO Da Sucursal

São Paulo — A ofensiva supressiva — é assim que está sendo chamada a estratégia articulada pelo empresariado paulista cujo objetivo final é retirar do texto constitucional, no segundo turno de votação da nova Carta, dentro de 30 dias, todos os dispositivos aprovados que contrariam o interesse da livre iniciativa, como o direito de greve, a nacionalização da mineração e os juros tabelados em 12 por cento ao ano, além de benefícios sociais aos trabalhadores.

A estratégia está sendo montada em São Paulo em duas frentes. Uma liderada politicamente pelo Fórum Informal dos Empresários, integrado por representantes da indústria, comércio, mercado financeiro, setores agrícola e de transportes. O fórum se reuniu durante três horas na sede da Bolsa de Valores de São Paulo, discutindo todos os pontos contrários aos interesses do empresariado e tentando chegar a um acordo sobre a melhor forma de suprimi-los no segundo turno de votação. Como não houve consenso, devido ao grande número de dispositivos analisados, decidiu-se por uma nova reunião, no final desta semana, já com a expectativa de aprovação de alguns dispositivos da Ordem Social relativa à Saúde e Previdência Social.

Outra frente, mais articulada, mesmo porque está montada há mais de um ano e vem atuando sistematicamente na Constituinte, é liderada pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), que se-



Rocha Azevedo

rá a principal participante de um encontro de todas as federações de indústrias, amanhã, em Brasília, na sede da CNI. O objetivo é o mesmo: remover dispositivos da Constituinte, mas os meios estão sendo alterados.

Segundo se apurou, a Fiesp, que detém um rígido controle de todos os parlamentares que votaram com a entidade até agora na Constituinte, decidiu que não vai mais atrelar-se a um grupo de parlamentares, como o Centrão, quando for defender uma proposta constitucional. "Vamos tentar convencer parlamentares de todos os grupos, Centrão, Centrinho, esquerda, direita, vamos trabalhar em cima de idéias e não de homens", admitiu um importante diretor da Fiesp, ao justificar a mudança como uma resposta à incerteza da entidade em cada votação importante, uma vez que cada parlamentar vota de acordo com seus interesses. Um dos exemplos citados é o

líder do Centrão, Roberto Cardoso Alves, que votou a favor da reforma agrária, junto com o empresariado, mas defendeu o tabelamento de juros a 12 por cento ao ano. "Foi uma coisa que não entendemos e daí decidimos mudar", afirmou o empresário.

Na reunião do Fórum Informal, a preocupação dominante também foi com mudanças no modo de atuar junto aos constituintes. "Vamos tentar convencê-los que de algumas coisas aprovadas podem inviabilizar o País", afirmou o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo, porta-voz do encontro. Para ele, muitos constituintes estão atuando com revanchismo nas propostas que interessam aos empresários, provocando distorções "como essa aberração de tabelar juros a 12 por cento, que pode tornar a economia mais problemática, gerando a economia informal do por fora". Além disso, o tabelamento pode ser inócuo já que não será cumprido pelo sistema financeiro.

"Eu abomino qualquer decisão fora da lei", contestou o presidente da Fiesp, Mário Amato, ao se referir à intenção de não se cumprir as medidas aprovadas pela Constituinte. Segundo ele, apesar de ser algo "irrealista e fantasioso", a decisão dos parlamentares deve ser respeitada. "O que precisamos fazer é tentar modificar essa situação no segundo turno, convencendo os parlamentares de que tais decisões podem se tornar um desastre para a economia", disse.



Alcení Guerra

Mais emoção por direitos do pai

O deputado Alcení Guerra (PFL/PR), que chorou e fez muitos constituintes chorarem ao defender sua emenda propondo a licença paternidade no plenário, promete voltar à carga no segundo turno. Mesmo depois de aprovada em clima de grande emoção, a proposta de Alcení continuou sendo tratada como foleiôrica por grande parte do Centrão e é uma das primeiras da lista de dispositivos que o grupo pretende retirar no segundo turno.

— Vai dar para retirar a licença paternidade e mais muita coisa — prevê um dos líderes do Centrão, deputado José Lins (PFL/CE). Para isso, no entanto, os opositores da licença paternidade terão que enfrentar um duro obstáculo pela frente: o próprio Alcení Guerra na tribuna, que virou a votação no plenário e está disposto a repetir a dose para manter a licença paternidade no texto.

— De todas as concessões feitas pela Constituinte ao trabalhador, a mais barata é a minha. Estou reagido por preconceito ou desinformação — desabafa Alcení, explicando que, de acordo com estudo feito pela própria Fiesp, a licença paternidade implica num aumento de apenas 0,13 por cento sobre o custo final da empresa.

Na opinião do deputado, a reação contra sua proposta dentro da Constituinte está partindo de parlamentares "rancorosos". Entre eles, Alcení relaciona o senador Roberto Campos (PDS/MT), que só se refere à licença paternidade como "aquela emenda do homem grávido". "Desafio o senador Roberto Campos a passar um dia numa maternidade destinada ao trabalhador de baixa renda. Se ele não se convencer da importância da proposta, eu mesma retiro", diz Alcení.

Fora da Constituinte, ele identifica os opositores da inovação como "empresários desinformados". Segundo Alcení, de cada dez empresários que ele ouviu sobre a proposta, dez erraram o texto da emenda. "O máximo que dizem é que a licença paternidade é aquela loucura do Alcení, que chorou e fez o pessoal chorar".



José Lins

Ulysses é contra Minas se dividir

Belo Horizonte — O presidente da Assembleia Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e o líder do PMDB, senador Mário Covas, darão apoio para que a separação de Minas Gerais, com a criação do Estado do Triângulo, não seja aprovada na votação das Disposições Transitórias. Quem garante é o constituinte Gil Cesar Moreira de Abreu (PMDB), coordenador da bancada mineira. Ele deixou de assumir ontem a Secretaria de Assuntos Metropolitanos de Minas, para trabalhar em tempo integral pela unidade do Estado.

Embora o governador Newton Cardoso tenha declarado ontem que a criação do Estado do Triângulo é "uma luta inglória dos separatistas", as informações de Abreu n-ao são motivo para muito otimismo. Segundo ele, uma pesquisa realizada pelo deputado Marcos Lima (PMDB-MG) junto a 520 constituintes revelou um equilíbrio entre as duas correntes, sendo que 20 por cento dos parlamentares mostram-se indecisos sobre o tema.

Abreu disse que haverá hoje uma reunião com diversas lideranças políticas nacionais e com a presença de alguns ex-governadores de Minas em Brasília, na casa de Maria Inês Pinheiro, irmã do deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB/MG) para tratar do assunto, dentro da campanha anti-separatista que começou a ser orquestrada há duas semanas pelo governo de Minas.

Íris garante que Tocantins será criado

O ministro da Agricultura, Iris Rezende, chegou a Gurupi, no Estado de Goiás, em meio a uma forte campanha pela criação do Estado do Tocantins. Em seu discurso na inauguração de S.A. Frigorífico Gurupi (Safriagu), pertencente ao grupo Anglo, garantiu que "este é um assunto praticamente resolvido". afirmou que já fez articulação com mais de 200 parlamentares, no sentido de garantir no texto final da Constituinte a manutenção da criação do Estado do Tocantins.

Indagado sobre a possibilidade de vir a ser o governador do novo Estado, o ministro disse que assumiu o Ministério da Agricultura não por orgulho pessoal mas para engrandecer Goiás. Dessa forma, ele explicou a importância de levar até o final o seu projeto no Ministério da Agricultura, enfatizando inclusive, que uma de suas metas principais era conseguir a auto-suficiência financeira do setor e isto está próximo de se realizar.

Iris Rezende foi a Gurupi, acompanhado do Embaixador da Grã-Bretanha, Michael Newington, para presidir a inauguração do frigorífico. Na ocasião, conclamou todas as lideranças rurais a iniciarem no Estado uma campanha de vacinação em massa do rebanho contra a febre aftosa. Ele lembrou a importância da retomada das exportações de carne bovina para a Comunidade Econômica Europeia, suspensas recentemente, sob a alegação de não cumprimento de normas fitossanitárias pelos pecuaristas goianos.

Marketing político vai ser debatido

Arrecadação de fundos para eleições, defesa do terrorismo eleitoral, boa utilização da pesquisa de opinião, captação de apoios e votos, são temas de constante preocupação de políticos em geral, como de outras lideranças e mesmo de empresários. Neste momento, este público está particularmente intrigado com a viabilidade dos atuais partidos políticos, a sucessão presidencial e fenômenos como o projeto eleitoral da UDR. O 1º Congresso Internacional de Marketing Político, de 27 a 28 próximos, vai explorar estes aspectos da questão, examinando as experiências espanhola, portuguesa, argentina e dos Estados Unidos, além das campanhas de Tancredo Neves, Orestes Quercia, Alvaro Dias e Collor de Mello.

O congresso interligará 45 cidades brasileiras por circuito fechado de televisão (TV Executiva), tendo como participantes, além de especialistas na matéria, todos os governadores, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, os empresários Antônio Ermirio e Ronaldo Caiado e políticos brasileiros, como Leonel Brizola, Olívio Dutra, Marco Maciel e Paulo Maluf, entre outros. Participarão também políticos dos partidos que estão no poder na Espanha, em Portugal.

Centrão poderá revogar acordos

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) revelou ontem que o Centrão não manterá os compromissos assumidos no primeiro turno de votação. O grupo deverá se articular para derrubar todos os capítulos que o desagradem, mesmo aqueles que foram aprovados em razão de entendimento com a liderança do PMDB.

— Os compromissos entre deputados não podem se sobrepor ao interesse público. Se nós recebermos novas informações sobre aquilo que votamos, temos o dever de reformular o nosso pensamento — disse Cardoso Alves.

O líder do PMDB, Mário Covas, revelou, no início desta semana, o temor de que o Centrão não mantivesse os acordos no segundo turno. Segundo ele, apesar de acreditar que os acordos estivessem valendo para toda a Constituinte, muitas mudanças de opinião haviam ocorrido. Car-

dos Alves, porém, entendeu de outra forma.

— O segundo turno é um a outra rodada de entendimento. O primeiro turno valeu como uma espécie de projeto final de Constituição. Agora, ele precisará ser votado definitivamente e isto requer outros acordos — afirmou.

Para Cardoso Alves, a esquerda também deseja desfazer alguns acordos.

— Eles não querem mudar a reforma agrária? perguntou.



Gerson Peres

Entre o PDS e seu texto, Peres correu

Ainda bastante contrariado com as "especulações insidiosas" por não ter votado sua própria sugestão para a desapropriação de terras produtivas para efeito de reforma agrária, o deputado Gerson Peres voltou a explicar sua atitude.

"Não poderia votar contra meu texto. Não poderia votar contra o meu partido, o PDS, que era contra o meu texto, já que o acordo acabou sendo rompido. E não poderia me abster em matéria de minha autoria. Após analisar tais situações, preferi não votar", esclareceu o constituinte.

Segundo Peres, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), deveria tê-lo consultado a respeito do destaque de votação em separado do Centrão. "E eu certamente não concordaria em votá-lo. Meu texto deveria ser aprovado ou não, juntamente com todo o capítulo sobre reforma agrária elaborado por Bernardo Cabral", afirmou o parlamentar.

As críticas de que teria "ficado em cima do muro", de que "se omitiu", a seu ver não procedem. "Fui derrotado na votação do DVS do Centrão. Não derrotei ninguém justificou.

Riscar será a última esperança

Nas últimas batalhas travadas na Constituinte, durante o segundo turno de votações, o número de armas vai ser reduzido. Nesta fase, os constituintes poderão apresentar apenas emendas supressivas ou de redação. Isto quer dizer que nenhum dispositivo po-

drá ser alterado, apenas suprimido ou reescrito de forma a aperfeiçoar o texto. A polêmica ficará por conta das emendas supressivas, instrumento que o Centrão vai usar maciçamente para tentar derrubar algumas das vitórias da esquerda no primeiro

turno. A esquerda também apresentará emendas supressivas, mas sobre questões menores, como a do domicílio eleitoral. A usadia fica por conta do PC do B, que pretende retirar no segundo turno o dispositivo que proíbe a desapropriação de terras produtivas.

O QUE PODE SER SUPRIMIDO

Limitação dos juros em 12 por cento	O Centrão vai apresentar emenda supressiva da proposta, e sua votação deverá provocar um dos debates mais acalorados do segundo turno. Apesar de toda a pressão que vier a ser feita, não será fácil reunir 280 votos para derrubar o teto dos juros. O Centrão está dividido.
Licença paternidade de oito dias	Outra novidade na mira do Centrão para ser retirada do texto. O autor da proposta, deputado Alcení Guerra (PFL/PR), promete defender a licença-paternidade "encarnicadamente" no segundo turno e a votação desta emenda supressiva também promete esquentar o plenário. O PTB vai votar a favor da licença, o que é um indicativo de sua manutenção no texto.
Direito de greve	O Centrão pretende restringir este direito. De acordo com o texto aprovado, cada categoria decide sobre a oportunidade e o motivo da greve. Nesta questão o PTB, que tem funcionado como o fiel da balança em disputas acirradas, vai votar com o Centrão. "Direito de greve indiscriminado é um avanço um pouco violento", justifica o líder do PTB, deputado Gastone Righi.
Voto facultativo para os jovens com mais de 16 anos	E mais uma inovação que vai ser objeto de emenda supressiva no segundo turno. A esquerda está fechada na defesa do voto aos 16 anos, mas nesta votação o Centrão vai contar com o apoio do PTB.
Jornada máxima de 6 horas para turnos em revezamento	O Centrão ainda não decidiu se vai apresentar emenda supressiva para este item. Mesmo que isto aconteça, no entanto, a manutenção do texto é praticamente certa.
Nacionalização das atividades de mineração	Esta é outra questão que ainda não foi incluída na lista de emendas supressivas do Centrão. De qualquer forma, sua permanência no texto pode ser considerada tranquila. No plenário, o Centrão votou dividido e nada indica que ele se unirá agora para derrubar o dispositivo.
Reforma Agrária	O PC do B pretende a retirada do dispositivo que proíbe a desapropriação de terras produtivas. Será praticamente impossível, no entanto, que 280 votem a favor desta supressão.